

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PRESENTE NA DITADURA CIVIL MILITAR: O PROJETO DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM BURGUESA¹

Rayssa da Silva Castro²
Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes³

Resumo: O presente artigo apresenta uma breve análise a respeito da concepção de educação presente na Ditadura civil militar de 1964, e quais foram às mudanças ocorridas no âmbito educacional. Discute-se a origem do golpe, almejando compreender quais foram os interesses que levaram a sua legitimação. Também, buscou-se entender as políticas públicas e reformas educacionais e quais suas reais intenções, além de conhecer quais foram as marcas deixadas na educação após o período. Tratando-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental, utiliza-se como base o Materialismo-Histórico Dialético de Marx e Engels, considerando o contexto histórico, econômico, social e cultural do país, para a articulação das discussões e fundamentação foram utilizados autores como Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes (2002), Demerval Saviani (2008) e Maria José de Renzende (2013), e teve como objeto de estudos os discursos e mensagens presidenciais.

Palavras-chave: Educação; Ditadura Civil-Militar; Burguesia.

THE CONCEPTION OF EDUCATION IN THE MILITARY CIVIL DICTATORSHIP: THE PROJECT FOR THE PRESERVATION OF THE BURGUESH ORDER

Abstract: This paper presents a brief analysis of the conception of education present in the civil military dictatorship of 1964, and what were the changes that occurred in the educational field. The origin of the coup is discussed, aiming to understand what were the interests that led to its legitimization. It also seeks to understand the public policies and educational reforms and what their real intentions were, as well as to know what marks were left in education after the period. This is a bibliographical and documental study, based on the Dialectical-Historical Materialism of Marx and Engels, considering the historical, economic, social and cultural context of the country. For the articulation of the discussions and rationale, authors such as Luiz Antônio Cunha and Moacyr de Góes (2002), Demerval Saviani (2008) and Maria José de Renzende (2013), and had as object of in addition to presidential speeches and messages.

Keywords: Education; Civil-Military Dictatorship; Bourgeoisie.

INTRODUÇÃO

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), modalidade artigo, apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

² Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: rayssa.silva.castro@outlook.com

³ Orientador do trabalho e professor do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE).

Um dos momentos mais emblemáticos que marcaram da história recente do país foi o Golpe de Estado de 1964. Foram 21 anos de Ditadura no Brasil que se expressaram em perseguições, prisões, torturas e assassinatos de indivíduos considerados “perigosos” para a Segurança Nacional. No entanto, apesar de tantas evidências dos crimes cometidos pela Ditadura, nenhum dos presidentes, torturadores ou empresas envolvidas com o apoio e financiamento das práticas de tortura foram punidas por esses crimes.

É importante reafirmar que as forças que derrubaram o presidente João Goulart se autoproclamaram como “revolucionárias” e, ao mesmo tempo, “democráticas” (TOLEDO, 2004). Não há dúvidas quanto à participação de empresários, governadores de Estados, deputados, senadores e amplos segmentos das Forças Armadas na articulação que golpeou o que havia de democracia em nosso país. Nesse sentido, podemos sintetizar o golpe a partir da reação da burguesia associada ao capital estrangeiro contra o crescente processo de mobilização popular.

Dentro do cenário acima descrito, a educação foi reformada mais uma vez para atender as demandas do capital. Em nenhum momento esteve em pauta a sua democratização ou o rompimento da dualidade educacional. Ressalte-se que a expansão acelerada e sem recursos, minguados ao longo da Ditadura, produziu efeitos que se materializaram na precarização da escola pública e na ampliação e privatização do ensino. Dessa forma, o dualismo educacional não foi superado, e nem poderia ter sido em uma sociedade marcada pela divisão de classes. Para os estudantes que compõe a classes trabalhadoras, foi ofertada uma educação de baixa qualidade, mantendo-se as taxas de evasão e repetência.

Devido aos acontecimentos tão marcantes na história da educação no Brasil, o tema investigado é a concepção de educação no período ditatorial, tendo como objeto de estudos os discursos e mensagens presidenciais do período em questão. Nesse ínterim, o presente artigo tem por objetivo analisar a concepção de educação presente nos discursos presidenciais, a fim de identificar as propostas e mudanças ocorridas na educação no período da Ditadura civil militar de 1964, além de compreender a gênese do golpe civil militar, entender como ocorreu o desenvolvimento da educação brasileira na Ditadura e, analisar quais foram às marcas deixadas na educação após este período.

O estudo desenvolvido é uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, visto que já existem pesquisas a respeito da temática que foram utilizados de aporte teórico para este trabalho, destarte, destaca-se a análise das propostas e projetos presentes nos

discursos e mensagens presidenciais, documentos importantes para a compreensão da história do país ajudarão a cumprir com os objetivos propostos. A investigação da temática é de suma importância para o contexto educacional, já que ela pertence a um momento histórico memorável para o desenvolvimento do Brasil, que trouxe significativas mudanças nas políticas públicas para a educação.

Nesse ínterim, como referenciais teóricos serão utilizados os autores Demerval Saviani (2008), Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes (2002), Maria José de Rezende (2013), José Willington Germano (1990), e teve como objeto os discursos e mensagens presidenciais do período ditatorial presentes no acervo da Biblioteca da República. A investigação terá como teoria o Materialismo-Histórico Dialético de Marx e Engels, que explica o fenômeno observado a partir da forma como os homens se relacionam em sociedade da produção da existência.

Desse modo, este artigo se estrutura em três seções. A primeira tem a incumbência de relatar como ocorreu a gênese do Golpe civil militar de 1964 no Brasil, e quais foram os interesses que levaram a sua legitimação. A segunda seção visa entender como ocorreu o desenvolvimento da educação brasileira a partir da concepção de educação presente nos discursos e mensagens presidenciais. Por fim, a seção final analisará quais foram as marcas deixadas na educação após o período ditatorial.

A GÊNESE DO GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964

A gênese do Golpe civil militar sucedeu por uma disputa política, econômica e social, na qual, foram utilizados diferentes artifícios para justificar uma Ditadura. Ela se legitimou a partir que uma hipotética pretensão democrática, na qual a classe dominante do país, por meio de uma Ditadura operacionalizada pelas Forças Armadas, suprimiu a democracia justificando uma falsa defesa contra uma “ameaça comunista”. Assim, Rezende (2013) explica:

A ditadura orientou, no entanto, sua busca de legitimidade através de uma hipotética pretensão democrática que se constituiu numa espécie de fio condutor presente em todos os governos militares. A construção de um suposto ideário de democracia enquanto um sistema que sedimentasse determinados interesses e valores sociais foi, sem nenhuma dúvida, uma das grandes prioridades daquele período o que remete à necessidade de investigar ao mesmo tempo quais eram os elementos subjetivos e objetivos definidores daquele processo. (REZENDE, 2013, p.2)

Para melhor compreender a respeito da gênese da Ditadura, se faz necessário discorrer a respeito do cenário político do período em questão. Um marco importante é a Crise de 1929, umas das piores crises capitalistas vivenciadas, pois reduziu em grande parte o comércio mundial. No entanto, neste contexto, após a Revolução de 1930, o Brasil vivenciou um processo de substituição de importações, fruto da crise do capitalismo mundial. A ênfase no processo de industrialização representava para muitos o desenvolvimento nacional. Destarte, decorreu uma grande expansão econômica, visto que propiciou a inserção da burguesia e do capital estrangeiro para o mercado nacional. O período é caracterizado como um parâmetro no processo de modernização das relações capitalistas no Brasil, entretanto, potencializou os conflitos entre as classes sociais.

Em 1930 o país levantou a bandeira nacionalista com a “Era Vargas” (1930-1945), que ajudou a fortalecer o processo de industrialização do Brasil, ainda que esse processo não tenha rompido com a histórica de dependência em relação aos centros hegemônicos do capitalismo mundial. Este período teve como marco duas características importantes de acordo com Gomes (2018), a estratégia política econômica que não rescindia consideravelmente com as relações de dependência com o capital estrangeiro e o imperialismo. As disputas internas entre um projeto de cunho nacionalista e desenvolvimentista em oposição aos grupos associados aos interesses imperialistas forjaram uma série de contradições. Ao imperialismo norte-americano não interessava o desenvolvimento autônomo de uma economia periférica como a brasileira. Por outro lado, a burguesia temia a ascensão dos grupos populares e reivindicações que colocassem em perigo seus privilégios de classe.

Após o segundo governo de Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) assume a presidência com seu *slogan* “50 anos em 5”, prometendo finalizar o processo de industrialização no país. Nota-se que JK estimulava a desnacionalização, ao contrário de Vargas, dando abertura a novas desigualdades sociais. No que tange o âmbito educacional, Cunha e Góes (2002), explicam que o fim deste governo foi marcado pela discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Congresso Nacional e em vários órgãos educacionais, estudantis e até em comícios da campanha eleitoral de 1960. O rápido crescimento dos anos anteriores ampliou as desigualdades e a crise econômica no Brasil. Era visível o crescimento das

organizações e manifestações populares em um momento marcado pelas contradições da Guerra Fria.

O início de 1960 foi caracterizado pela incitação das tensões populares e por uma grande ebulição política. (GOMES, 2018) Com um discurso conservador e moralista, Jânio Quadros foi eleito para a presidência do Brasil. Porém, seu governo efêmero e marcado por ações personalistas demonstraram o caráter autoritário de suas ações, e estas estavam repletas de contradições. O presidente foi muito criticado pela desorganização e o caos ocorrido em seu mandato.

Jânio Quadros renuncia ao governo em agosto de 1961, deixando o país submerso a uma crise institucional e acarretando o início de uma imensa crise política. João Goulart, seu vice presidente e ex ministro do Trabalho de Vargas, é o sucessor a assumir o governo, contudo, três ministros militares vetaram a posse do novo presidente, visto que Goulart era considerado esquerdista e incapaz de deter o avanço do comunismo. Neste ínterim, um marco memorável ocorre: “A história é conhecida: a renúncia de Jânio, a tentativa de golpe dos ministros militares, a conciliação do parlamentarismo “para evitar o derramamento de sangue” e a posse de Jango”. (CUNHA, GÓES, 2002, p.10)

No cenário demarcado pelas disputas geopolíticas da Guerra Fria (1947-1991), as mobilizações populares e as lutas dos trabalhadores representavam um ameaça aos interesses burgueses. Dessa forma, enxergam o Governo Goulart como incapaz de atender suas demandas e, por conseguinte, impedir a ameaça vinda da classe trabalhadora. Desse modo, Cunha e Góes (2002) expõe:

A crise política se revela, principalmente, pelo esgotamento do modelo populista (1930-1964). [...] O populismo esgotou-se pelo avanço das camadas urbanas e dos setores ligados ao campo que escaparam do controle dos grupos dirigentes. Nesta situação excepcional deu-se uma crise orgânica a classe dirigente, que se sentiu ameaçada na sociedade civil e na própria estrutura econômica, visualizando riscos para a acumulação do capital. Sem condições políticas para se transformar no popular, o populismo, em 1964, deixou a cena para o novo Estado tecnocrático-civil-militar. Os novos tempos serão comandados pela internacionalização do capital que se aprofundará, e dirigidos pela tradicional classe dominante, agora com mais uma proposta de modernização. (CUNHA; GÓES, 2002, p.6)

Após 1964, foram interrompidas as discussões sobre as chamadas reformas de base propostas no Governo Goulart. Do ponto de vista dos grupos que estiveram à frente do Estado, legítimos representantes dos interesses da burguesia, as reformas

empreendidas objetivavam modernizar o capitalismo no Brasil e, ao mesmo tempo, evitar qualquer conflito que pudesse colocar em risco o domínio do capital. Assim, foram liquidadas as vias do Estado de Direito o que permitiu a ação repressiva do Estado. Não por acaso, os presidentes dos governos militares adotaram uma série de medidas que beneficiaram fundamentalmente os interesses da burguesia. Assim, Germano (1994) explica:

No Brasil, a partir de 1964, o Estado caracteriza-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, uma vez que o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo. O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política. (GERMANO, 1994, p. 55)

Segundo estes segmentos, o comunismo havia se infiltrado no governo e nos movimentos populares, representando um perigo para as “instituições” e a democracia. O cenário internacional também contribuiu para a ascensão do discurso antiliberal e anticomunista. A Revolução Cubana (1959) e a fracassada tentativa de invasão de Cuba (1961), financiada pelo Governo dos EUA, com o propósito de eliminar a experiência do Governo de Fidel Castro, aguçava o espírito golpista da burguesia em sua escalada conspiracionista contra Goulart. (GOMES, 2018)

No início de 1964, a crise dominava o cenário político e econômico. Entretanto, o estopim foi o movimento da “Marcha da família com Deus pela liberdade” expressando o apoio da burguesia pela intervenção militar, fato que foi propagado pela imprensa do período. Nesse ínterim, o apoio dos principais veículos de comunicação contribuiu diretamente para a conspiração que levou à derrubada do governo constitucional de João Goulart.

Em primeiro de abril de 1964 os militares tomaram o poder com o apoio da burguesia. A imprensa apoiou o golpe expondo que o ato seria uma salvação do país contra a ameaça comunista. Assim, no Editorial de “**O Globo**”, de 02 de abril de 1964, verifica-se o compromisso da imprensa com a justificativa para o golpe.

Vive a Nação **dias gloriosos**. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para **salvar** o que é essencial: a **democracia**, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil **livrou-se** do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria **legítimo** admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada. (grifos nossos)

O golpe de Estado que aconteceu em 1964, considerado pelos militares revolucionário e “democrático”, iniciou uma época sombria no Brasil, restaurando o controle do país para a classe dominante que se sentia ameaçada pelo avanço da classe trabalhadora.

O golpe de 1964 veio, pois, coroar as tentativas anteriormente fracassadas. Destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de esquerda e progressistas, o golpe foi saudado pelas classes dominantes e seus ideólogos, civis e militares, como uma autêntica Revolução. (TOLDEDO, 2004, p.24)

No que tange ao âmbito educacional, os propósitos presentes na educação da Ditadura não apresentavam a garantia de concretização de uma educação escolar de qualidade para a classe trabalhadora, mas a relevância em moldar o sistema educacional às demandas resultantes da indústria em expansão. Neste contexto, a educação foi utilizada como busca de um consenso para o projeto de desenvolvimento associado e subordinado ao capital estrangeiro e seu legado educacional, ou seja, por seu papel emancipador, a educação foi empregada como instrumento de controle e legitimação do poder. (MEDEIROS, 2019)

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NOS DISCURSOS E MENSAGENS PRESIDENCIAIS

O período ditatorial foi marcado por muitas mudanças, inclusive nas políticas públicas educacionais, portanto, para esta sessão, abordaremos quais foram essas mudanças por meio dos discursos e mensagens presidenciais.

Após o golpe, o primeiro presidente militar a assumir o poder foi General Humberto Castelo Branco (1964-1967). Com seu autoritarismo eminente, foi um dos responsáveis por implementar as bases do sistema repressor que marcou o país e os Atos Institucionais – AI⁴. Em sua cerimônia de posse, o presidente declarou em um discurso breve, que seguiria a Constituição e que o Estado não seria um empecilho a iniciativa privada. (MOREL, 1965)

Durante o governo Castelo Branco (1065 dias) foram praticados 3.747 atos punitivos (média de 3 por dia). Foram 116 cassações de mandatos políticos, 547 suspensões de direitos políticos por dez anos, 526 aposentadorias, 1547 demissões (a maioria de funcionários públicos e de autarquias), 569 reformas de militares, 4 cancelamentos de insígnias militares, 165 transferências militares para a reserva, 60 cassações de medalhas, 4 cassações de aposentadorias, 2 cassações de autorizações, 1 descredenciação, 36 destituições, 5 disponibilidades, 75 exclusões da Ordem do Mérito Militar, 40 expulsões, 22 exonerações, 1 cassação do posto e patente. Além do grande número de atos punitivos, o governo Castelo Branco bateu o recorde de aprovação de leis oriundas do Executivo: 733 projetos. (SANFELICE 2008, p. 130)

O seu governo também foi responsável por expressar o projeto de modernização que penalizou fundamentalmente a classe trabalhadora ao criar as bases para a ampliação da exploração da força de trabalho.

(...) analisar com isenção o governo Castelo Branco verá que foi o responsável por uma revolução, por mudanças radicais e em curto tempo. Modernizou o Estado. As reformas de base, pedra angular retórica do depósito governo, se iniciaram no seu governo. A política salarial defendeu o trabalhador do efeito perverso da inflação, domada em dois anos. O Banco Central, o Banco Nacional de Habitação, a reforma do ensino superior e a reforma fiscal foram implantadas no breve governo. O Estatuto da Terra condenava os latifúndios à extinção por imposto progressivo. As 14 legendas partidárias existentes, comprometedoras da democracia representativa, foram reduzidas a duas, pelo bipartidarismo que veio a ser extinto em 79. Pela primeira vez os trabalhadores rurais, até então politicamente explorados, mas não

⁴ Atos institucionais – AI foram normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o regime militar. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. (BRASIL, 2021)

apoiados, tiveram direito à aposentadoria, pelo Fundo Rural, lei de Castelo implantada no governo Costa e Silva. (Passarinho, 1999, p. 2)

Nada mais distante da verdade é afirmar que as reformas de base iniciaram no governo de general golpista Castelo Branco. As evidências demonstram que não se tratou de ampliar o mercado interno ou de valorizar a força de trabalho. O latifúndio manteve-se intacto e a política salarial pautou-se pela compressão dos salários.

No que tange ao âmbito educacional, Castelo Branco visava efetivar um projeto educacional que atendesse os interesses burgueses, nesse sentido, também instituiu leis e decretos que visavam “aparentemente” se importar com a ordem social e democrática. Em sua mensagem para o Congresso Nacional, expôs a “importância da melhoria da educação técnica e do ensino superior”. (BRASIL, 1964) Era notável que o governo estava usando a educação para atender aos seus interesses, tornando as universidades inacessíveis para a classe trabalhadora e promovendo uma formação apenas das elites intelectuais, o que trouxe a participação de agências norte americanas como a USAID (United States Agency for International Development).

Em nome de uma falsa democracia, o governo do militar marcou a desnacionalização do campo educacional por meio de uma reforma. Baseada nos acordos MEC-USAID⁵, objetivava elaborar um padrão educacional semelhante ao norte-americano. Este projeto incorporava-se ao modelo imperialista estadunidense, além de ter um objetivo em comum, formar cidadãos aptos para as necessidades do mercado.

Os acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção de livros didáticos [...] Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com acesso a opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional. (CUNHA, GÓES, 2002, p.32)

Em muitas universidades aconteceram manifestações contra a implementação do MEC-USAID, no entanto, ele foi efetivado. O novo modelo promoveu a união dos cursos primários com o ginásio, este ficou intitulado como primeiro grau, já a junção de

⁵ MEC-USAID é o “nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID)”. (MENEZES, 2001)

conhecimentos clássicos e científicos formou o segundo grau e, por fim, o ensino universitário foi referido como terceiro grau.

Com tantas mudanças realizadas no âmbito acadêmico, os estudantes voltaram a manifestar-se por meio de mobilizações e passeatas, reivindicando a autonomia das universidades, o ensino gratuito e o fim do MEC-USAID, tornando-se opositores ao novo regime. A partir desse momento as instituições de ensino superior passaram a ser um alvo, bem como a União Nacional dos Estudantes - UNE. Nesse ínterim, o movimento estudantil ficou mais forte, objetivou focar em mobilizações contra a Ditadura e o combate ao autoritarismo, organizando novos órgãos como a União nacional e estadual dos estudantes.

Em 9 de novembro de 1964 é decretada a Lei nº 4.464, que possui a incumbência de reordenar a educação nacional denominada Lei Suplicy de Lacerda, de acordo com Cunha e Góes (2002), ela foi preparada por Flávio Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação, objetivando impossibilitar o movimento estudantil e controlar seus órgãos representativos.

Era explícito que o ditador do momento, Castelo Branco, colocava os interesses burgueses à frente do Estado, desse modo, objetivou reagir às manifestações docentes contrárias aos seus decretos.

Se ao professor não cabe fazer proselitismo com objetivo de impor ideias ou ideologias, aos estudantes compete não ficar a serviço de qualquer grupo, servindo por vezes de joguete nas mãos dos que desejam a subversão. É preciso não marcar a vida do estudante de hoje, possivelmente o dirigente de amanhã, com a sua vinculação à subversão, à corrupção ou à vadiagem onerosa dos falsos movimentos estudantis. Para se iniciar nas refregas da democracia, basta que se arregimente nas suas agremiações. (BRASIL, 1964, p. 16-21)

Em outras palavras, a proposta presente nos governos da Ditadura pautava-se pela despolitização da educação. Assim, não caberia ao professor posicionar-se diante da realidade marcada por uma profunda desigualdade e autoritarismo. A análise da educação neste período revela paradoxalmente o caráter estratégico da educação para o regime e, ao mesmo tempo, a redução dos recursos para a expansão da rede pública com qualidade.

Foi através da educação que o governo difundiu seus ideais e valores, reafirmando o capitalismo como um modelo ideal, capaz de levar o país ao progresso e à prosperidade econômica. Mas para que esse ideal fosse concretizado, o governo precisaria de homens formados sob esta

perspectiva, e foi nesse sentido, através do ensino que foi posta em evidência a diferenciação entre aqueles que detinham o poder financeiro e poderiam desfrutar de uma formação que os qualificasse para serem os dirigentes e aqueles que possuíam nada além da sua força de trabalho, lhes restando um ensino técnico que os empurrava a triste sina de operários. (BOUTIN; CAMARGO, 2015, p. 5854)

Após o fim do governo de Castelo Branco, o sucessor militar que assumiu o poder por meio de eleições indiretas foi Arthur Costa e Silva (1967 – 1969), ex Ministro da Guerra do governo anterior. Sua gestão endureceu o caráter autoritário da Ditadura e deixou marcas na educação, visto que ocorreram diversas mudanças como a implementação de uma nova Constituição, a imposição da Lei de Segurança Nacional, a Reforma Universitária de 1968, o Programa Estratégico de Desenvolvimento e a maior repressão por parte do Estado, o AI-5.

No setor econômico desenvolveu uma política desenvolvimentista e associada ao capital estrangeiro, fundada em três linhas de ação⁶, que objetivavam um progresso mais rápido do país estimulando o consumo e o investimento público, considerado a gênese do período e conhecido como milagre econômico. Segundo Ferreira e Bittar (2008, p. 335), na linha de pensamento de Simonsen (1979), o grande crescimento do PIB só foi possível devido à exclusão da classe trabalhadora das decisões relacionadas à política nacional. Desse modo, intencionavam formar uma sociedade urbano-industrial a margem do sistema capitalista mundial, pautada pela racionalidade técnica.

Em um de seus primeiros discursos, em 16 de março de 1967, Costa e Silva expôs o seu apoio ao setor educacional, explicitando que a educação é um fator importante para o desenvolvimento do país, e ressaltou “vale dizer: em última análise, o processo de desenvolvimento é um processo educacional”. (BRASIL, 1967, p.185) Neste mesmo discurso, o presidente propõe ampliar o setor educacional visando erradicar o analfabetismo, aumentar o número de escolas e oferecer um ensino técnico:

Fiel a esse pensamento, a administração multiplicará as oportunidades de educação para todos e para isso desfechará ampla e vigorosa campanha destinada a erradicar o analfabetismo; a melhorar o nível de ensino em todos os graus; a aumentar o número de escolas industriais e de escolas agrícolas; a utilizar integralmente a capacidade ociosa, quer

⁶ a) reorientou o processo de concentração da riqueza e da renda; b) reduziu a taxa do salário real básico com respeito à produtividade média do sistema; e c) fomentou, em particular, mediante subsídios, a exportação de produtos industriais, objetivando aliviar os setores produtivos que enfrentavam insuficiência de demanda. (FERREIRA E BITTAR, 2008, p. 340)

material, quer didática, das escolas superiores; a ampliar-lhes, quando necessário, as instalações e o número de docentes; a adotar novos processos de avaliação da capacidade dos candidatos a matrícula nessas instituições, para que o País passe a contar com o número de especialistas de nível superior de que necessita; a criar, lanexos às Universidades, cursos em que, após consultas ao mercado de trabalho, se preparem técnicos de grau intercalar entre o nível médio e o superior; a promover a preparação e o aperfeiçoamento de professores primários e de professores de escolas normais em grandes centros regionais. (BRASIL, 1967, p.185)

Destarte, em uma de suas mensagens ao Congresso Nacional, Costa e Silva afirma que a verba utilizada para ampliação da educação veio do acordo MEC-USAID “Com auxílio da USAID foram concedidas 90.000 bolsas, para cursos de nível médio, a filhos de trabalhadores sindicalizados, num total de 34 milhões de cruzeiros novos”. (Brasil, 1967, p. 34). No entanto, é importante apontar que esses acordos não apenas subordinavam a educação aos interesses imperialistas dos Estados Unidos, mas também expressava uma forma de exportação de capitais por meio de empréstimos que orientavam a política educacional brasileira.

Em junho de 1968 foi formado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), este, de acordo Germano (2008, p.326) “preparou o projeto de reforma universitária, aprovado e transformado em lei pelo Congresso Nacional, sancionada pelo general Costa e Silva, então Presidente da República, em 28/11/1968; trata-se da Lei N^o. 5.540/68”. A implantação desta nova lei foi condizente com os propósitos da ordem instituída, o enfraquecimento dos movimentos sociais como forma de resistência. Assim o autor expõe:

Contudo, no que pese a ausência de fundamentos democráticos, o predomínio da tutela política do regime fardado e as implicações tecnicistas, a reforma não significou apenas restauração, mas também renovação, à medida que propunha mudanças efetivas para o ensino superior, entre as quais o primado das universidades sob as instituições isoladas, a construção dos campi universitários e a efetiva implantação da pós-graduação, tornando possível a pesquisa universitária, ainda que de forma mutilante. Isso, contudo, se efetivou sob a inspiração de uma doutrina militar de segurança nacional, com o patrocínio do regime ditatorial e salvacionista. (GERMANO, 2008, p. 327)

A Reforma Universitária decretada pela Lei N^o 5.540/68 visava modernizar as universidades, padronizando as instituições com um modelo que buscava atender aos

interesses dos mercados, além de não representar um verdadeiro processo de democratização da educação superior. Posterior a implementação desta lei, foi registrado a queda no número de vagas nas instituições de ensino superior públicas e o aumento na criação de novos centros privados de ensino. Devido a tais ações, é perceptível que o acesso a uma boa educação só estava ao alcance da classe social dominante, que possuía recursos para arcar com os altos custos do ensino privado. Nesse sentido, Germano (1991) explica:

[...] a reforma universitária de 1968, como uma **exclusiva** - conforme deixam transparecer muitas análises - decorrência de determinações externas. Isso representa deixar de lado a dinâmica interna da sociedade brasileira. Portanto, a política educacional é, primeiramente, um resultado do desenvolvimento histórico da formação social brasileira: da forma como tem ocorrido, entre nós, a dominação de classe, com uma "elite" despótica e senhorial, que tem gerido o Estado em seu proveito e com a consequente exclusão das classes subalternas do acesso a conquistas sociais básicas - como a educação escolar- inerentes a próprio capitalismo. (GERMANO, 1991, p. 177 -178) (grifos do autor)

Nesses termos, a reforma objetivava reforçar o ensino superior como espaço para formação intelectual da elite, e, ofertar para o proletariado um ensino profissionalizante que seria utilizado como mão de obra para as empresas e para o Estado. Assim, Saviani (2008) explica:

[...] formação para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de- obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais. (SAVIANI, 2008, p. 296)

Desse modo, as ações do Estado foram encaminhadas para a defesa de uma formação que tinha como objetivo o fomento do desenvolvimento econômico segundo as

necessidades empresariais. Não se tratava, portanto, de uma proposta democrática que objetivava o maior acesso ao ensino superior público para todas as camadas da população.

Diante do exposto, os movimentos contrários ao regime foram se intensificando por meio de mobilizações e passeatas, entretanto, na mesma medida, os ataques também aumentaram. Devido a tais fatos Carmo (2003) explica:

O auge das manifestações se dá com a histórica passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, reunindo estudantes, intelectuais, artistas, padres e mães. Para aquela época, cem mil manifestantes era um número assustador. Mesmo que a quantidade real de manifestantes na passeata fosse menor, o fato é que, dessa vez, o regime de 1964 estava tão acuado e exposto que a passeata dos Cem Mil chegou a assustar os militares. Os manifestantes haviam conquistado a simpatia da opinião pública. Após a passeata foi marcada audiência com o presidente da República. (CARMO, 2003, p.86)

O acirramento e radicalização das tensões sociais serviram como pretexto para a imposição do novo decreto. No dia 13 de dezembro de 1968 uma das pontas mais letais do regime foi decretada, o Ato Institucional número 5 (AI-5). Ele promoveu o maior endurecimento da Ditadura militar levando o autoritarismo a um novo ápice.

O AI-5 conferiu plenos poderes ao presidente para fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos, suspender direitos políticos de qualquer cidadão por até 10 anos, proibir qualquer tipo de reunião política e estabelecer uma censura.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos. Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quórum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos. (BRASIL, 1968).

Diante de mudanças significativas realizadas no âmbito educacional neste governo, a educação ainda ganhou uma nova característica. O objetivo das escolas já não era formar um cidadão crítico e reflexivo, e jamais poderia sê-lo sob um regime ditatorial, mas formar um cidadão apto para o mercado de trabalho e suas novas demandas, e também, introduzir a população um sentimento de pertencimento e patriotismo. Nesse sentido, por meio do Decreto nº 869, em 12 de setembro de 1969, foi reintroduzida nas escolas a disciplina de Educação Moral e Cívica que objetivava de acordo com Melo (2006, p.21) “à manipulação do ideário popular”. Assim, ela seria utilizada “[...] como instrumento de difusão de sua doutrina e de manutenção de seu poder, tentando acabar com possíveis focos de resistência” (PELEGRINE, 2011, p. 52).

Diante do exposto, o governo de Costa e Silva foi marcado pelo endurecimento da Ditadura e uma série de reformas no âmbito educacional, e este trabalho tiveram continuidade no governo de seu sucessor Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), período mais repressor dos governos militares. O militar se considerava empenhado e queria oferecer uma hipotética forma de democracia para transformar o Brasil em uma “grande potência”, no entanto, não aceitaria críticas a Ditadura. (REZENDE, 2013) Seu governo ficou conhecido com um dos maiores índices de crescimento e desenvolvimento econômico, no entanto, o grande número de torturas e repressões também deixaram sua marca.

A respeito do âmbito educacional, em uma de suas mensagens ao Congresso Nacional, Médici expõe o déficit alarmante no setor educacional, levanta uma crítica à falta de entrosamento entre os currículos, a desconexão entre os diferentes graus de ensino

e a alta taxa de evasão no ensino primário, nesse sentido, propõe a neutralização dos problemas com urgência.

A desconexão entre os diversos graus de ensino; a alarmante evasão do ensino primário e, nele, a repetência em taxa muito alta; a falta de planificação da oferta; a seletividade antidemocrática, sobretudo do ensino médio; o fenômeno dos excedentes; o despreparo de grande parcela do magistério e sua baixa remuneração; e o elevadíssimo índice de analfabetismo, eis alguns dos mais graves e prementes problemas que o Governo vai enfrentar e solucionar. (BRASIL, 1970, p. 53)

O governo ainda afirmava que o déficit e a evasão escolar se dão pela má distribuição de renda, visto que os dados dos anos 1960 a 1970 mostram uma grande lacuna salarial entre ricos e pobres, tornando a educação inacessível para os menos favorecidos. Desse modo, se fosse criada uma política distributivista e algumas reformas, os índices melhorariam. Ademais, Cunha e Góes (2002) explicam que para adquirir credibilidade para a política distributivista, o governo militar organizou alguns movimentos que visavam erradicar o analfabetismo como o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF⁷, o Projeto Minerva⁸ e, o mais significativo, a Reforma de 1º e 2º grau.

Em 1970 Médici levantou um Grupo de Trabalho para elaborar a Reforma, esta foi enviada para o Conselho Federal de Educação e, em seguida, para o Congresso Nacional e foi aprovada em 11 de agosto de 1971. A Reforma de 1º e 2º grau foi implementada pela Lei Nº 5692/71, visava à ampliação do ensino básico, a obrigatoriedade do ensino para alunos de 7 a 14 anos e, acrescentou caráter profissionalizante para os alunos que frequentassem o segundo grau. No entanto, tais modificações possuíam um propósito oculto, intencionava adequar à futura classe trabalhadora para o novo modelo econômico. Destarte, esta nova forma de qualificação

⁷ Mobral: Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado em 1967, mas só revisto mesmo em 1970. Sua inspiração provinha das numerosas campanhas e cruzadas que se promoveram para livrar o país da “sujeira” do analfabetismo, como se a falta de conhecimento da leitura e da escrita fosse a causa dos males do nosso povo: a pobreza, a doença e até mesmo a opressão política. (CUNHA; GÓES, 2002, p.58)

⁸ Projeto minerva: “O projeto conhecido como Minerva iniciou-se na década de 70 teve funcionamento pleno até meados dos anos 80. Foi um programa de governo que propôs ensino a distância através do rádio que contou com cobertura nacional, foi capaz de fazer transmissões em rede a locais que não recebiam sinais de rádio de outras regiões. ” (BERNARDI, 2014)

seria utilizada para equilibrar o mercado de trabalho que necessitava de uma melhor capacitação de seus funcionários e, satisfazer a demanda social que havia surgido.

Por sua vez, a reforma do ensino primário e médio, denominado pela Lei n. 5.692/71 de ensino de 1º e 2º graus, também sinalizou claro sentido instrumental, sob a inspiração da teoria do capital humano, embora recorresse a interpretações democratizantes de correção das desigualdades sociais. É verdade que a ampliação da escolaridade obrigatória para oito anos, no ensino de 1º grau, foi uma conquista, embora seja essa uma das promessas não cumpridas. Quanto ao ensino de 2º grau, foi todo orientado na Lei para o mercado de trabalho, pela obrigatoriedade da profissionalização. Não se trata do trabalho como princípio educativo, mas da preparação de mão-de-obra para o mercado, ou seja, trata-se de um adestramento, minimizando a capacidade de pensar, pois não havia lugar para a cultura humanística e para a cidadania, embora o regime ditatorial fizesse constantes declarações de amor à democracia. Aqui, sobretudo, a reforma educacional estava orientada para a formação profissional e a empregabilidade, pois não há espaço para a cidadania em regimes ditatoriais. (GERMANO, 2008, p. 328-329)

Com esta reforma o Brasil deixava de ter uma das mais baixas exigências de escolaridade obrigatória para ter uma das mais altas do mundo, tornando o país “grande” condizente a seu *slogan* “ame ou deixe-o” (CUNHA; GÓES, 2002) No entanto, os autores citados discordavam a respeito desse método, e explicam que tais ideias e reformas seriam utópicas, mas que não representavam a realidade, pois as taxas de escolaridade caíram tanto nos centros urbanos como na zona rural. Sobre isso, os autores explicam:

A taxa de escolaridade das crianças de 7 a 10 anos, faixa etária que correspondia ao antigo ensino primário baixou de 1970 a 1980: de 66,3% para 65,5%. Isso quer dizer que, em 1980, mais de um terço das crianças que deveriam estar cursando a escola primária estavam, na realidade, fora da escola. E veja o leitor que esse dado foi colhido quase 10 anos depois que os pedagogos da ditadura, orgulhosamente, estenderam o tempo da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos. (CUNHA; GÓES, 2002, p. 55)

Com a instalação do ensino profissionalizante, as escolas teriam que se adequar rapidamente para ofertar tal formação, deixando de lado o objetivo de formar um cidadão pensante e crítico, para formar indivíduos pacíficos e acomodados. Esta reforma gerou

um déficit na educação brasileira, pois se adequou as necessidades pertencentes ao regime militar e sua propagação de ideais.

A política de educação profissionalizante não foi uma ideia barata, gerava muitos custos ao governo para adequar todas as escolas ao novo formato. Nesse ínterim, o Ministério da Educação e da Cultura alterou a estrutura em que foi imposta a profissionalização do ensino, desse modo, deixando de ser obrigatória. Devido a tais fatos, por meio da Lei nº 7.044/82, em 1982, a obrigatoriedade da profissionalização foi revogada.

Analisando o governo de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici é perceptível que todos deixaram o real objetivo da escola de lado e utilizaram a educação como instrumento de legitimação do poder. No entanto, a educação não pode ser estudada fora do contexto histórico e social em que está inserida. Nesse ínterim, a reformulação da educação foi condizente com os objetivos econômicos e políticos do período.

A cronologia dos acontecimentos é reveladora da lógica economicista que presidia os objetivos propugnados pelos governos dos generais-presidentes: primeiramente, os planejamentos econômicos, nos quais estavam estabelecidas as diretrizes que vinculavam organicamente economia e educação, e depois a materialização dessas diretivas no âmbito das reformas educacionais (FERREIRA; BITTAR, 2008, p. 340).

Diante do exposto, os discursos e mensagens presidências mostram o ideário propagado pelos líderes do país, que, por meio deles, instituíram reformas moldando a população de acordo com os interesses da burguesia. Nesse sentido, o papel da educação foi formar trabalhadores e fazê-los sentir-se integrados a nação.

AS MARCAS DEIXADAS NA EDUCAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DITADURA

Em qualquer Ditadura há a necessidade de controlar a formação dos indivíduos e impedir a possibilidade de construção de um pensamento crítico. No Brasil não poderia ter sido diferente. Os anos de chumbo trouxeram a educação brasileira um desgaste tão intenso que seus resquícios podem ser encontrados até nos dias atuais (SAVIANI, 2008). A educação foi utilizada como um instrumento de controle, na qual objetivava legitimar o poder do governo e levar a população um falso sentimento de patriotismo e

pertencimento ao ideário propagado, visto que o período intencionava doutrinar a população por meio de uma identidade nacional. (MEDEIROS, 2019)

Dentro do contexto exposto, durante a Ditadura a educação foi vista como área estratégica e foi remodelada para atender as demandas do capital. Em nenhum momento esteve em pauta a sua democratização ou o rompimento da dualidade educacional. Desse modo, Cunha (2014) explica:

Algumas políticas educacionais na ditadura nada mais foram do que o prolongamento das que vinham sendo implementadas desde o Estado Novo e logo após, como a extinção do exame de admissão e a junção do primário ao ginásio, determinadas pela Lei n. 5.692/71. Pelo menos no Distrito Federal/estado da Guanabara e no estado de São Paulo, esse processo já estava em curso, sob formas distintas. O mesmo pode ser dito a respeito de vários elementos da reforma universitária, como a substituição do regime de cátedras pelo regime departamental e a unificação da carreira de professor com a de pesquisador nas instituições federais de ensino superior, determinadas pelas leis n. 5.539/68 e n. 5.540/68. Estas e outras medidas fizeram parte do processo, ainda não concluído, de modernização das instituições de ensino superior segundo o modelo norte-americano. Houve, todavia, políticas inéditas, como a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau (Lei n. 5.92/71). (CUNHA, 2014, p.360)

O estudo do período e a análise dos discursos e mensagens presidenciais deixaram evidente que os interesses do Estado estão à frente de uma educação de qualidade, ou seja, o desenvolvimento econômico capitalista visa a educação como uma linha de montagem. Nesse sentido, Marx e Engels expõe que um fenômeno não deve ser explicado pelo seu ideal, mas pelas práticas sociais estabelecidas a partir dele, nesse ínterim, se a dominância da sociedade for burguesa, a sociedade objetivará a atender as suas demandas. Desse modo, a hegemonia burguesa se constitui por meio da propagação de convicções que estabelecem as ideias e concepções das relações sociais.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

A Reforma Universitária conseguiu sucatear as instituições de ensino superior públicas e tornou inacessível para a classe trabalhadora uma formação superior gratuita, visto que tinham um papel importante, objetivavam formar as elites intelectuais do país. Já a Reforma de 1^o e 2^o graus pretendia atender a lacuna deixada pela lei anterior e dar a população menos favorecida um ensino técnico que permitia a inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, Cunha (2014) expõe:

Enquanto a política educacional, a partir de 1964, visava ao aumento das vagas das universidades públicas, beneficiando as camadas médias, a política econômica fez com que a necessidade de cursos superiores crescesse ainda mais intensamente. Foi o crescimento do setor privado de ensino superior que “compensou” a diferença, embora não oferecesse cursos gratuitos. Pode-se verificar a importância desse processo pelas consequências políticas. Durante o primeiro semestre de 1968, houve intensas e numerosas manifestações estudantis nas principais cidades brasileiras. As palavras de ordem mais frequentes, em todas as manifestações, eram “mais verbas” e “mais vagas” para os cursos superiores públicos. Os excedentes (candidatos a cursos superiores não aproveitados) pretendiam o ingresso, e os estudantes universitários e professores pediam mais verbas e revogação dos cortes financeiros que os haviam atingido. As consequências políticas dessas reivindicações e das iniciativas repressivas foram muito grandes, em curto e longo prazo. (CUNHA, 2014, p. 7-8)

A implementação da disciplina de Educação Moral e Cívica tinha como ênfase formar indivíduos com os valores militares condizentes do período como a devoção a nação, a família e a religião. Nesse sentido, a sua inserção foi pensada em diversos governos como o de Castelo Branco, entretanto, sua entrada nos currículos escolares só aconteceu em 1969.

Em março de 1966, apesar da resistência, um decreto de Castelo Branco determinou que o Ministério da Educação estimulasse, em todo o país, a educação cívica. Esse decreto resultou de uma exposição de motivos do ministro da guerra apresentados ao marechal-presidente onde podemos ver argumentos muito parecidos com os do positivista Teixeira Mendes em seu livreto A incorporação do proletariado na sociedade moderna, escrito em 1889. (CUNHA, 2014, p.73)

Nos dias atuais ainda se luta pelo não sucateamento das universidades e escolas públicas e pela qualidade no ensino. De acordo com Cunha (2014, p. 375), a retomada das práticas populistas e a representação dos grupos de interesse no Congresso tenham propiciado a resistência dos vetores Estado-capital “[...] Sua mudança depende, mais do

que da propalada “vontade política” dos ocupantes dos cargos executivos nos três níveis da Federação. Depende, sobretudo, da mais difícil e sempre adiada mudança no campo político brasileiro: a da representação popular e sua mediação partidária.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ditadura militar foi um período em que o Brasil sofreu graves ataques contra a democracia, a liberdade de expressão e a Constituição. Mais que um golpe, o movimento ditatorial se expressou em um projeto burguês que era contrário à classe trabalhadora. Com a revisão bibliográfica a respeito do contexto histórico foi perceptível que o país passava por uma crise econômica, no entanto, ela foi utilizada como justificativa para a imposição de um regime autoritário, inconstitucional que reproduziu um caos no sistema educacional. Ademais, pode-se perceber que os resquícios da Ditadura estão presentes até os dias atuais.

[...] o regime militar deixou um oneroso legado cujos efeitos continuam afetando a situação social do país nos dias de hoje. Faz sentido, pois, retomar a política educacional e as realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira. (SAVIANI, 2008, p.294 – 295)

Com a análise dos discursos e mensagens presidenciais, foi perceptível que a concepção de educação estava diretamente ligada de acordo com os interesses do período, visto que os líderes do país buscavam adequar o setor educacional a partir das demandas geradas pelo setor econômico e social, destarte, destaca-se a fragilidade da educação que não objetiva mais formar um cidadão crítico e reflexivo e preparado para debater a respeito do mundo, mas um trabalhador que recebe ordens e atende as demandas do capital.

As mudanças implementadas na educação como a Lei Nº 5.540/68 a Nº 5692/71 mostraram o objetivo expansionista do governo, de promover um ensino prático e aligeirado sem aprofundamentos importantes. Já com a disciplina de Educação Moral e Cívica não entrou por acaso no currículo, a Ditadura queria impor ideários que combateriam as ideologias diferentes, e também, oferecer a população um sentimento de pertencimento e patriotismo.

Por fim, este estudo se fez relevante por levantar aspectos históricos que marcaram o país, atos antidemocráticos, incoerentes e inconstitucionais, visando uma supremacia inexistente. Com as análises realizadas, pode-se perceber que o período ditatorial deixou resquícios que afetaram muito a educação brasileira como o sucateamento do ensino público, entretanto, não foram somente suas ações e mudanças que prejudicaram a educação no país.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, José Ricardo. **Ditadura militar, projeto minerva e educação a distância**. 2014. Disponível em:

http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT3-%202014/GT3_Jose%20Ricardo%20Bernardi.pdf Acesso em: 21/03/2021

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; CAMARGO, Carla Roseane Sales. A educação na ditadura militar e as estratégias reformistas em favor do capital. **Educere**: Curitiba-PR, 2015.

BRASIL, Planalto. Legislação Informatizada. 2021. Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais#:~:text=Normas%20elaboradas%20no%20per%C3%ADodo%20de,n%C3%A3o%20est%C3%A3o%20mais%20em%20vigor.> Acesso em:20/03/2021

BRASIL, Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Legislação Informatizada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL, Biblioteca da Presidência: **Ex – Presidentes**. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes> Acesso: 13/01/2021

_____. **Jânio da Silva Quadros**. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/janio-quadros/nome-do-presidente> Acesso em: 08 de fev. de 2021

_____. **Marechal Humberto de Alencar Castello Branco**. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/castello-branco> Acesso em:08 de fev. de 2021

_____. **Arthur da Costa e Silva**. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/costa-silva> Acesso em: 20 de mar. de 2021

_____. **Emílio Garrastazu Médici**. Disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici> Acesso em: 23 de mar. de 2021

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da Rebeldia: A Juventude em Questão**. 2ª ed. São Paulo, SENAC, 2003

CUNHA, A. Luiz; GÓES, de Moacyr. **O Golpe na Educação**. (11ª ed.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CUNHA, L. A. O legado da ditadura para a educação brasileira. In: CUNHA, L. A. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun. 2014.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 76, p. 333- 355, set./dez. 2008.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985**. São Paulo: Cortez, 1990. Disponível em:
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251894>. Acesso em: 2 fev. 2020.

GOMES, Marco Antonio de Oliveira. Economia, educação e segurança nacional na ditadura civil militar no Brasil. **Revista Cocar**, Belém, n. 12, p. 421-445, jul/dez. 2018.

O Globo, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964. Disponível em:
<http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de64-foi-um-erro-12695226>. Acesso em 02 de fev. de 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 34. ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Livro 1. V.1.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. **Ditadura Militar brasileira: A Educação como instrumento de Poder**. Id online, v.13, n. 48, p. 208-229, dezembro, 2019. Disponível em: Acesso em 13/01/2021

MELO, Francisco Egberto. **A cultura cívica na educação cearense (1963-1973)** – Na tapeçaria da História, entre o “Livro da Professora” e os festejos à Pátria e ao Progresso. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete MEC/USAID. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/mec-usaid/>>. Acesso em 21 abr 2021.

PELEGRINI, Dayenne Karoline Chimiti. **Educação moral e cívica: disciplina e poder disciplinar no ensino de primeiro grau mato-grossense da década de 1970**. 2011. Dissertação (Mestrado em educação) - Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, 2011.

PASSARINHO, J. Crítica e autocrítica. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 2001. Caderno A, p. 2.

QUEIROZ, Cecília; MOITA, Filomena. **Ditadura militar, sociedade e educação no Brasil**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984**. Londrina: Eduel, 2013.

SANFELICE, José Luís. **O movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Regime Militar**. Cad. Cedes, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 – 2004.